

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.066 - SE (2019/0198616-0)

RECORRENTE : JUAREZ SILVA
ADVOGADO : MAURICIO MICHAELSEN - RS053005
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JUAREZ SILVA com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Na origem, Juarez Silva ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 115.414,20 (cento e quinze mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte centavos, em setembro de 2017, tendo como objetivo a conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, ficando consignado que, considerando que o militar já obteve benefício remuneratório com o cômputo em dobro da licença especial não gozada, não há que falar em enriquecimento ilícito da administração, e, por conseguinte, em conversão em pecúnia de tais períodos, sob pena de *bis in idem*.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. LICENÇA ESPECIAL NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE. CONTAGEM JÁ EFETIVADA PARA FINS DO ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. PRECEDENTES. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Sentença que julgou procedente pedido de conversão em pecúnia dos períodos de licença especial não gozada por militar, quando da passagem à reserva remunerada.

2. Consoante orientação jurisprudencial do col. STJ, o servidor, quando da aposentadoria, faz jus à conversão, em pecúnia, das licenças-prêmio não usufruídas, e não contadas em dobro, sob pena de locupletamento ilícito da Administração. Esse entendimento é extensível aos Militares das Forças Armadas transferidos para a reserva remunerada.

3. Todavia, muito embora não tenham sido utilizados os períodos de licença especial para se atingir o tempo de serviço necessário à inativação, constata-se, na espécie, que o autor fez opção expressa pela contagem em dobro de tais períodos, passando a auferir o adicional de tempo de serviço com um acréscimo de 2% (dois por cento) em relação ao tempo efetivamente laborado.

4. Considerando que o militar já obteve benefício remuneratório com o cômputo em dobro da licença especial não gozada, não há que falar em enriquecimento ilícito da administração, e, por conseguinte, em conversão em pecúnia de tais períodos, sob pena de *bis in idem*.

Superior Tribunal de Justiça

5. Precedentes deste eg. Tribunal.

6. Apelação provida.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, Juarez Silva interpôs o presente recurso especial, apontando violação do art. 30 da MP nº 2.215-10/01, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que o aumento do adicional de tempo de serviço, ante a contagem em dobro da licença especial não gozada, não exclui o direito à conversão em pecúnia da aludida licença.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Cinge-se a controvérsia quanto à possibilidade de conversão em pecúnia da licença especial, na hipótese em que o militar inativo já percebe aumento no adicional de tempo de serviço em virtude do cômputo em dobro da licença especial não gozada.

Sobre a questão, o Tribunal *a quo* assim se pronunciou (fl. 183):

No caso vertente, entretanto, embora não tenham sido utilizados os períodos de licença especial a que fazia jus o militar para que se atingisse o tempo de serviço necessário à inativação, verifica-se que houve expressa opção pela contagem em dobro de tais períodos, passando o autor a auferir o adicional de tempo de serviço na inatividade com um acréscimo de 2% (dois por cento) em relação ao tempo efetivamente laborado, conforme termo de opção e ficha de controle coligidos aos autos (Id. nº 4058500.1361067).

Esta Corte Superior firmou orientação quanto ao reconhecimento do direito do militar à conversão em pecúnia da licença especial não gozada nem computada para fins de tempo de inatividade, ainda que considerada para fins de cálculo de adicional de tempo de serviço. Nessa hipótese, os valores indenizatórios devem ser compensados com o *quantum* pago a título do adicional.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. EFEITOS INFRINGENTES. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. DISPOSITIVO LEGAL DEVIDAMENTE INDICADO. MILITAR. LICENÇA ESPECIAL NÃO GOZADA E NÃO COMPUTADA PARA FINS DE INATIVIDADE. CONSIDERAÇÃO PARA FINS DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO COM VALORES JÁ PAGOS.

1. O dispositivo legal tido como violado, diante da alegação de enriquecimento ilícito da União, foi devidamente indicado nas razões recursais, sendo inaplicável a Súmula 284/STF à hipótese. Omissão que enseja o acolhimento dos aclaratórios, com efeitos infringentes.

2. A jurisprudência alinhou-se à pretensão recursal, para reconhecer o direito do militar à conversão em pecúnia da licença especial não gozada nem computada para fins de tempo de inatividade, ainda que considerada para fins de cálculo de adicional de tempo de serviço. Nessa hipótese, os valores indenizatórios devem ser compensados com o quanto pago a título do adicional.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para conhecer em parte do recurso especial do embargante e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento.

(EDcl no AgInt no REsp 1590003 / RS, 2016/0066462-0, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 21/02/2019)

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. MILITAR. LICENÇA ESPECIAL. CONVERSÃO EM PECÚNIA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. EXCLUSÃO DO PERÍODO DE CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Aduz a agravante que o militar já percebe aumento no adicional por tempo de serviço, de forma que a conversão culminaria em dupla vantagem.

2. A Corte de Origem afastou a possibilidade de enriquecimento ilícito do militar ao determinar a exclusão do período no cálculo do adicional. Precedentes do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.221.228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 24/05/2018).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. MILITAR INATIVO. LICENÇA ESPECIAL NÃO USUFRUÍDA E NÃO CONTADA EM DOBRO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

(...)

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, é possível ao servidor público aposentado a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada ou não contada em dobro para a aposentadoria, sob pena de

Superior Tribunal de Justiça

enriquecimento ilícito da administração pública.

3. A Segunda Turma do STJ, no julgamento do AgInt no REsp 1.570.813/PR, reafirmou referido entendimento, registrando a inexistência de locupletamento do militar no caso, porquanto, ao determinar a conversão em pecúnia do tempo de licença especial, o Tribunal a quo impôs a exclusão desse período no cálculo do adicional por tempo de serviço, bem como compensou os valores correspondentes já pagos.

(...)

(REsp 1.710.433/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 10/04/2018).

Dessa forma, conclui-se que o acórdão recorrido encontra-se em desacordo com o entendimento do STJ a respeito do tema, sendo, portanto, o provimento recursal medida que se impõe.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para reconhecer o direito do recorrente à conversão pecuniária da licença pecuniária não gozada, com a compensação dos valores pagos a título de adicional por tempo de serviço devidamente atualizados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator